



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA  
CAMPUS UNIVERSITARIOS DE CAPANEMA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ESMERALDA DE JESUS BARATA RAIOL**

**REFLEXÕES FORMATIVAS SOBRE MINHAS EXPERIÊNCIAS COMO  
EDUCADORA SOCIAL NO CRAS DE SANTARÉM NOVO-PARÁ**

**CAPANEMA – PARÁ  
JANEIRO 2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA  
CAMPUS UNIVERSITARIOS DE CAPANEMA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ESMERALDA DE JESUS BARATA RAIOL**

**REFLEXÕES FORMATIVAS SOBRE MINHAS EXPERIÊNCIAS COMO  
EDUCADORA SOCIAL NO CRAS DE SANTARÉM NOVO-PARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Capanema Pará. Como requisito para obtenção de título em Licenciatura Plena em Pedagogia. Orientador Prof. Msc. José de Moraes Sousa.

**CAPANEMA – PARÁ  
JANEIRO 2023**

ESMERALDA DE JESUS BARATA RAIOL

**REFLEXÕES FORMATIVAS SOBRE MINHAS EXPERIÊNCIAS COMO  
EDUCADORA SOCIAL NO CRAS DE SANTARÉM NOVO-PARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Capanema Pará. Como requisito para obtenção de título em Licenciatura Plena em Pedagogia. Orientador Prof. Msc. José de Moraes Sousa

**BANCA EXAMINADORA**

Cléia Maria de Moraes Sousa da Silva - Mestre

Hadley Alexandre Pinto Ferreira - Especialista

30 de Janeiro de 2023

CAPANEMA

JANEIRO 2023

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pai criador que me formou antes da fundação do mundo para seu louvor;

A Jesus Cristo, meu salvador e perdoador de meus pecados, rei meu e Deus meu;

Ao meu amigo Espírito Santo que me levantou quando não havia mais forças para continuar;

Aos meus irmãos Elton, Eder e Nila que amo muito em especial ao Elton, que me matriculou sem que eu soubesse para que eu voltasse a estudar nos anos 2000;

A minha mãe Maria Das Dores de Jesus Barata minha gratidão, que juntamente com meu irmão me intimou ao retorno dos estudos; Obrigada!

As minhas filhas Sharon e Shayse vocês me inspiram, motivam e incentivam sempre. Vocês são minha herança na terra. Salmos 127:3

Aos meus genros Rodrigo e Esrom, filhos que Deus me deu para cuidarem dos meus tesouros;

A minha neta Isabelly minha posteridade a coroa de gloria que o Senhor preparou. Proverbio 7:6;

Ao meu querido esposo Cicero Raiol, companheiro de décadas, incansável parceiro que sempre esteve comigo me apoiando, segurando em minhas mãos; quando pensei em desistir. Você acreditou mais em mim que eu mesma obrigada!

Ao meu orientador professor José de Moraes que foi mais que um professor foi um amigo, sem palavras por sua paciência. Obrigada!

A Deus seja a honra, a gloria e o louvor para todo o sempre amém.

## RESUMO

O CRAS é uma repartição pública estatal amparada nas três esferas governamentais: Federação, Estado e Municípios, que fazem as orientações técnicas e organizam os serviços da Proteção Social Básica – PSB. O CRAS é o principal acesso aos programas, projetos e benefícios de transferência de renda da Assistência Social. O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar experiências que vivenciei no CRAS em Santarém Novo como Educadora Social função esta que muitas vezes é confundido com a função do Pedagogo. O pedagogo é o profissional capacitado no curso de formação superior em pedagogia. Já o educador social (Orientador social), pode ou não ter formação superior e é o profissional que atua em espaços da educação não formal com grupos sociais. Por tanto, esta é uma pesquisa autobiográfica com narrativas de experiências que vivenciei enquanto educadora social no CRAS: “Ação Família”, no Município de Santarém Novo, de 2012 a 2016. Durante o período em que trabalhei no CRAS, exerci diversas funções como Coordenadora de Projetos, Coordenadora Pedagógica, Orientadora Social e Secretária Municipal de Assistência Social. Vivenciei e lidei com inúmeras situações de conflitos, agressões, violências, abusos e outros diversas situações que chegavam para atendimento no CRAS. Os relatos aqui contados são de extrema relevância tanto por suas características, quanto por terem sido experiências que me fizeram buscar a entender mais sobre o papel do pedagogo no âmbito do CRAS. O trabalho social com famílias exige técnica, método, disciplina, empatia, engajamento e mais do que isso, requer conhecimento, pesquisa e vontade de contribuir com o desenvolvimento de seres críticos e autônomos capazes de buscarem a mudança de suas realidades. Nisto consiste o conhecimento pedagógico social.

**Palavras-chaves:** CRAS; Assistência Social; Pedagogia Social; Educador Social; experiências.

## **Sumário**

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO .....	8
2.1 O Centro De Referência Da Assistência Social .....	8
2.2 O Centro De Referência Da Assistência Social .....	9
2.3 O Educador Social Ou Pedagogo Social .....	11
2.3.1 A Formação do Educador Social.....	14
2.4 Dos Programas Da Assistência Social .....	15
3. ABORDAGENS METODOLOGICAS ADOTADAS .....	18
3.1 Lugar de Onde me Pronuncio .....	19
4. RESULTADOS .....	20
4.1 Objetos de Análise .....	20
4.1.1 CRAS e SCFV .....	20
4.2 Experiências .....	21
4.2.1 Relato: criança em fúria .....	22
4.2.2 Relato: família geradora de afeto .....	25
5. CONCLUSÃO .....	28
6. REFERÊNCIAS .....	30

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, apresenta reflexões acerca da formação do Educador social, como profissional que atua nos espaços da Educação Não Formal. E sua relevância como profissional que planeja e desenvolve atividades socioeducativas em grupos nos Centros de Referência da Assistência Social- CRAS, considerando que o público alvo dos trabalhos em grupos são famílias e indivíduos que vivem em vulnerabilidade social, desse modo, o principal objetivo das suas ações é o fortalecimento dos vínculos afetivos morais, culturais e urbanos das famílias inseridas nos programas desenvolvidos no CRAS (DE JESUS E SILVA, 2021 )

Portanto o CRAS possibilita as famílias acesso aos programas, projetos e benefícios de transferência de renda da Assistência Social. Desse modo o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF é o programa responsável pelo acompanhamento domiciliar de famílias, pessoas com deficiência e idosos em situação vulnerável (Brasil, 2012).

O CRAS é o principal acesso aos programas, projetos e benefícios de transferência de renda da Assistência Social com ênfase para o Programa de Atenção Integral à Família - o PAIF quanto serviço permanente de acompanhamento domiciliar a pessoas com deficiência e idosos em situação vulnerável (Brasil, 2012).

Segundo Brasil, 2012 o CRAS configura-se local de múltiplas ações da Assistência Social, amparado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- o MDS que regula toda a estrutura do Sistema Único de Assistência Social- o SUAS em parceria com os entes federados brasileiros e a sociedade civil, servindo para garantir o acesso aos serviços de cidadania e inclusão da Proteção Social Básica- PSB, que por sua vez organiza e promove acessibilidade aos benefícios de transferência de renda, para milhões de brasileiros através dos Programas Bolsa Família- PBF e Benefício de Prestação Continuada-BPC.

Para se implantar um CRAS é levado em consideração sua competência de atendimento à família em situação de vulnerabilidade. “A definição do número de famílias a serem referenciadas aos CRAS deve guardar relação com o porte do município, como prevê a NOB-SUAS” (BRASÍLIA, 2009). Assim, os Municípios de até 20.000 habitantes geralmente são contemplados com um CRAS com capacidade de atender até 500 famílias por ano. Atendendo essa perspectiva, o Município de Santarém Novo, Pará

em 2006 foi contemplado com um CRAS “Ação Família” (nome fantasia) que foi inaugurado, em 01 de setembro do referido ano.

O CRAS conta com a importante figura do Orientador social como profissional que atua nos espaços não formais de educação dos Centros de Referência da Assistência Social- CRAS. Esse sujeito atua com propósito de fortalecer princípios morais, culturais e urbanos de famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades Através dos trabalhos grupais (DE JESUS E SILVA,2021). É importante ressaltar que não existe um requisito de escolaridade de nível superior pra a atuação desse profissional na atual conjuntura.

Considera-se que as ações pedagógicas nos espaços educativos do CRAS devem refletir as realidades dos usuários (como são chamadas as pessoas atendidas) dentro e fora dos espaços de convivência, por isso é preciso considerar a vivência dos participantes dos grupos de maneira individual e coletiva. Neste sentido, a Educação Não Formal é a modalidade que mais se encaixa nesse contexto pois é apontada por muitos como a Educação da coletividade e dos grupos socioeducativos. Assim, na Educação Não Formal o aprendizado acontece a partir das interações humanas que ocorrem no interior de empresas, centros comunitários, igrejas, praças, clubes etc. Além disso, o planejamento nesse tipo de educação precisa ser dinâmico e flexível, podendo mudar de acordo com os interesses dos grupos. Também não titula os educandos, pois seu aprendizado é subjetivo não podendo ser avaliado. A princípio, o que difere a Educação Não Formal da Educação Formal das escolas e universidades é que neste é possível verificar a existência de um sistema organizado com emissão de certificados e títulos voltados para a qualificação do mercado de trabalho (GOHN, 2006).

Nesta perspectiva, o objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar experiências que vivenciei no CRAS em Santarém Novo, tendo em vista a construção de reflexões formativas sobre minha atuação como educadora social nesse ambiente de educação não formal. E em termos específicos visou: identificar experiências que vivenciei no CRAS que contribuam para reflexões formativas; refletir sobre as experiências vivenciadas no CRAS como objetos de aprendizagens formativas.

No que diz respeito a problemática, a pesquisa foi orientada por uma questão configurada na seguinte pergunta:

- Em que aspectos, experiências que vivenciei como educadora social no CRAS, podem contribuir para reflexões formativas sobre minha atuação nesse ambiente de educação não formal?

Como a pesquisa tem como objeto de estudo minhas próprias experiências, adotei a perspectiva metodológica autobiográfica memorialista (FERRAROTTI, 1988; PAIXÃO, 2008). E coerente com essa perspectiva, assumi a modalidade de pesquisa narrativa, que contribui para que o sujeito relate suas experiências numa visão holística (CONNELLY e CLANDININ, 1995; ARAGÃO, 1993).

Portanto, a pesquisa constituiu um momento em que busquei em minhas memórias, as experiências que vivenciei no CRAS, em referências bibliográficas, refletindo-as e tomando-as nos aspectos que considero formativo para minha profissão como pedagoga para atuar nesse espaço de educação não formal.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O Centro de Referência de Assistência Social- CRAS é uma repartição pública estatal amparada nas três esferas governamentais: Federação, Estado e Município, que em princípio fazem as orientações técnicas e organizam os serviços da Proteção Social Básica - PSB dentro do Sistema Único de Assistência Social- SUAS.

O CRAS é implantado nas periferias das cidades grandes e pequenas onde há grande concentração da população, maior índice de desigualdade social, incluindo também as comunidades quilombolas e indígenas. Segundo Guzzo e Filho (2005) a desigualdade social é uma realidade presente do cotidiano dos grandes centros urbanos atingindo várias cidades brasileiras. No entanto, sabe-se que pequenas cidades também apresentam uma grande parcela de pessoas que são vítimas de exclusão. Para isso, existem redes de apoio social que segundo Germano e Colaço (2012) podem ser entendidas em visão microssocial sendo estas: famílias, amigos; ou macrossocial: instituições governamentais e não governamentais o que simplifica o acesso dos usuários aos serviços e facilita o acompanhamento dessas famílias dentro de seu próprio território de acordo com as condicionalidades do SUAS.

O SUAS, ao eleger a matricial idade sociofamiliar como uma de suas bases estruturantes, organiza toda a rede socioassistencial para o apoio às famílias, a fim de assegurar a toda a população o direito à convivência familiar, seguindo o pressuposto de que para a família prevenir, proteger e manter seus membros é necessária a ação efetiva do poder público. O CRAS, assim, considera as famílias como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas

e de mobilização à participação e ao protagonismo social, ou seja, como um vetor de mudança da realidade social.” (CRAS, 2012 p.13)

Cronemberger e Teixeira (2015) pontuam que “a família ganha centralidade, tanto como alvo dos programas e políticas quanto, provedora de proteção, logo, de reforço de suas responsabilidades familiares”. O SUAS compreende que para fortalecer as ligações familiares é necessário o acompanhá-las em seu próprio meio, por isso, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - o PAIF tem suas ações centralizadas na família onde realiza trabalho social..

Além da quantidade e da qualidade da equipe, é essencial levarmos em conta, na definição metodológica, a influência dos recursos materiais e financeiros disponíveis, a “materialidade” de cada CRAS, que amplia, ou limita, possibilidades. São decisivas as questões relativas à instalação física (dimensões do espaço interno e acesso da população (CRAS, Marcos Legais p.54).

Devido às particularidades do serviço, as equipes técnicas voltadas as ações no CRAS são formadas por profissionais especializados como: psicólogos e assistentes sociais. As orientações Inferem ainda que “o trabalho não mais compreendido como clientelismo, assistencialismo, caridade, mas como política pública e dever do Estado”. E por meio das ações do PAIF que as famílias são agregadas aos projetos socioassistenciais dos Programas da Proteção Social Básica-PSB.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS 2004 p.33)

O CRAS no Município de Santarém Novo, funciona de segunda a sexta-feira nos períodos da manhã e da tarde. Portanto os atendimentos em grupo ocorrem todos os dias (das 08h às 11:00h da manhã) e das (14:00h as 17:00h a tarde), o público atendido são crianças de 06 a 11 anos, pré-adolescentes de 12 a 14, jovens de 15 a 17 anos, mulheres de 18 a 59 anos (que participam de oficinas, cursos e artesanatos) e idosos a partir de 60 anos. Quanto aos funcionários é composto por 01 coordenador, 01 Assistente Social, 01 Psicólogo, 05 educadores sociais, 02 manipuladores de alimento, 02 agentes de vigilância, 02 agentes administrativos sendo 01 concursado e 01 servidor de apoio.

## **2.2. COMPREENSÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

Gohn (2016,p.60) infere que a “A educação não formal é uma área que o senso comum e a mídia usualmente não tratam como educação, porque não são processos escolarizáveis.” a autora analisa ainda que o conceito de educação comum a todos é o das salas de aula com suas carteiras, quadro, mesa, alunos e professor, incluindo os demais elementos que compõem a estrutura das escolas e universidades, segundo Gohn (2006 p. 30) “A educação formal pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente” No entanto, nas últimas décadas estudos apontam para a existência da Educação Não Formal como importante aliada da educação formal para a formação de indivíduos plenos.

Após a segunda guerra mundial o mundo estava enfrentando uma séria crise nos setores financeiros, políticos e social. Foi em meio a todo esse cenário caótico que a indústria se expandiu, recrutando nas classes menos favorecidas, mão de obra para trabalhar em suas fábricas. No Brasil não foi diferente segundo Parreira e Filho (2010) o sistema de educação brasileiro, foi afetado pelo capitalismo, assim como os demais setores a sua volta o que os autores chamam de “avalanche capitalista" isso assomou ainda mais a desigualdade social.

Mas, neste período foram oferecidas escolas técnicas profissionalizantes devido às exigências da infraestrutura econômica, através da qualidade e diversificação da força de trabalho na produção açucareira e de café. O Estado, atendendo aos interesses e necessidades das empresas privadas, assumiu o treinamento da força de trabalho solicitado por elas (FREITAG,1986 apud. Parreira e Filho 2010 p.244).

Esses fatos históricos demonstram que a educação brasileira sempre foi usada para atender interesses particulares. Esse jogo de interesse somado a outras situações como; desemprego, precariedade na saúde, aumento da violência, escolas sucateadas, aumento da evasão escolar, baixa escolaridade e muitos outros contribuíram para aumento da desigualdade no país.

A Educação Não Formal é apontada por alguns autores como a educação para as massas, uma vez que ela está presente nos múltiplos espaços de convívio social, Gadotti (2005) afirma que a educação não mais se restringe ao sistema das escolas, agora ela transita por todos os lugares, nas empresas públicas e privadas que desenvolvem projetos sociais, nos centros comunitários, nas igrejas, ONGs e muitos outros. Desse modo a Educação Não Formal está presente em variados contextos o que segundo Gohn (2006, p. 34) “e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os

processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas”.

Nesse sentido é possível afirmar que a educação não formal emerge a partir das inter-relações de convivências, a autora afirma ainda que, isso contribui para a formação de cidadãos engajados na sua própria cultura e também mais consciente das suas necessidades social e política

### **2.3 O EDUCADOR SOCIAL OU PEDAGOGO SOCIAL**

O Educador Social, muitas vezes é confundido com o Pedagogo, mesmo porque em algum momento os dois podem trabalhar no mesmo ambiente social e podem desenvolver práticas, muito parecidas. No entanto, a formação os diferencia. O pedagogo é o profissional capacitado no curso de formação superior em pedagogia, para trabalhar a princípio da educação escolar, no entanto nos últimos anos esse profissional vem ganhando outros espaços de atuação devido a capacidade de desenvolver saberes para a coletividade.

O pedagogo é um profissional da educação que, ao entrar para o mercado de trabalho, tem condições de trabalhar em qualquer campo em que houver necessidade de organizar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades (ORTEGA e SANTIAGO, 2009, P.31)

Já o educador social ou (Orientador) social, podendo ou não ter formação superior é o profissional que atua em espaços da educação não formal com grupos sociais. Embora hoje o pedagogo possa atuar em vários contextos diferentes do escolar como hospitais, empresas, ONGs etc., sua formação acadêmica ainda é centrada para trabalhar em sala de aula e na gestão e coordenação escolar. Quanto à formação do educador social, ainda é tema gerador de muitas discussões, alguns estudiosos inferem não haver necessidade de formação superior, para o educador social bastando a formação técnica, entretanto outros defendem que a formação superior trará novas técnicas, novos saberes que contribuirá para a melhoria de sua prática.

Segundo Gohn (2016, p.69) “existe uma polêmica com relação ao Educador Social, porque estão em debate propostas para formar o profissional para atuar nessa área via cursos de Pedagogia Social (o profissional seria o Pedagogo Social) a autora esclarece ainda que “A questão da formação, neste momento, está um debate. Há propostas tanto nas universidades quanto no campo da tramitação de leis”.

Mateus (2012), infere que atuar como educador social exige empatia, pois é um trabalho que requer bem mais que a técnica do saber fazer, precisa-se gostar do que faz, para que haja o compromisso com o crescimento pessoal do outro. A autora ainda ressalta o quanto pode ser dinâmico o exercício da função, pois implica na escolha de trabalhar com diferentes pessoas em diferentes circunstâncias que precisam de apoio para lidar com as diferentes situações de vida. Haja vista que ser educador não requer apenas técnica, e sim, empatia (MATEUS, 2012).

Graciani (2005, p.29) define o Educador Social como sendo “um sujeito comprometido com a luta das camadas populares” em que seu papel é o aditamento de práticas educativas como ferramentas para o desenvolvimento social, é uma de suas atribuições e contribui com a amplificação de competências.

Para Gohn (2009 p.33), o educador social deve ter “um papel ativo, propositivo e interativo” deve continuamente desafiar os participantes dos grupos a participar dos inúmeros acontecimentos que estão a sua volta; através de um diálogo aberto a população e com propostas construídas com a comunidade.

O diálogo deve ser a ponte que liga o educador social com os sujeitos, e quando bem utilizado pode se transformar em importante ferramenta para a construção do conhecimento, Gohn (2016, p. 66) afirma que, “o diálogo, tematizado, não é um simples papo ou conversa jogada fora, é sempre o fio condutor da formação”, já para Parreira e Filho (2010, p. 14) “Às transformações sociais postulam espaços educativos permeados pelo encontro, diálogo, partilha e respeito à diversidade cultural.”

O que demanda a necessidade de planejamento e uma metodologia própria para cada público, pois é preciso levar em conta as idades das crianças, adolescentes e jovens. Embora espontâneo, o trabalho do educador social deve ser desempenhado de maneira organizada e coordenada junto com os participantes a partir do diálogo,

O diálogo, tematizado – não é um simples papo ou conversa jogada fora, é sempre o fio condutor da formação. Mas há metodologias que supõem fundamentos teóricos e ações práticas- atividades, etapas, métodos, ferramentas, instrumentos etc. O espontâneo tem lugar na criação, mas ele não é o elemento dominante no trabalho do Educador Social, pois o seu trabalho deve ter: princípios, métodos e metodologias de trabalho (GOHN 2009 p. 33).

O educador social também precisa conhecer a cultura local e se inserir nela, pois somente assim saberá quais são os valores que a comunidade dá para determinadas situações como danças e festas folclóricas, festivais de músicas locais, festividades religiosas e outros. E usar o conhecimento desses valores como instrumento para ajudar na construção de história de vida dos participantes Parreira e Filho (2010), afirma que, “pensar uma pedagogia social é formar um profissional comprometido com a realidade sociocultural” os autores afirmam também que isso pode levar os participantes a refletirem sobre suas realidades, podendo levá-los a romper com os paradigmas de suas realidades.

Segundo Serva (2011), “nessa perspectiva, a justiça social, aliada à liberdade individual, guia a ação coletiva dos educadores sociais, produzindo uma enorme diversidade de iniciativas de ensino-aprendizagem.” Para isso é necessário utilizar várias estratégias de comunicação roda de conversas, peças teatrais, formação de coros musicais, cinema, balé e muitos outros o que para Gohn (2009) é de fundamental importância, pois, o uso dessas ferramentas fará com que o seu trabalho seja produtivo, reflexivo, prazeroso, dinâmico, cheio de significados ainda.

Para Gohn (2016), “O aprendizado do Educador Social realiza-se como em uma mão-dupla— ele aprende e ensina. O diálogo é o meio de comunicação. Mas a sensibilidade para entender e captar a cultura local, do outro, do diferente, do nativo daquela região, é algo primordial”.

Isso permite analisar que o Educador Social pode transitar em múltiplos contextos, ele não está restrito somente a assistência social, podendo desempenhar funções em vários outros espaços da educação não formal como em hospitais, asilos, creches, presídios, centros de acolhimentos, conselhos tutelares, ONGs, e outras organizações que desenvolvem projetos para a comunidade. Para isso é necessário que o educador social tenha uma metodologia flexível e conheça a história da comunidade. Embora o trabalho desse profissional seja de suma importância para promover qualidade de vida e cidadania, Gohn (2016) afirma “existem poucas pesquisas sobre esse profissional”, portanto sua metodologia deve caminhar junto com os anseios dos sujeitos, que os leve para aquisição uma consciência cidadã crítica e sem amarras. Que contribua para o entendimento e a valorização dos direitos civis, culturais e democráticos e para a superação de situações que os tornam vulneráveis.

Os temas devem emergir de assuntos gerados no cotidiano daquele grupo, que tenham alguma ligação com a vida cotidiana, considerando a cultura local em termos de: seu modo de vida, faixas etárias, grupos de gênero, nacionalidades, religiões e crenças, hábitos de consumo, práticas coletivas, divisão do trabalho no interior das famílias, relações de parentesco, vínculos sociais e redes de solidariedade construídas no local (GOHN 2016, p.67).

O que para Dos Santos Macedo et al (2017), “o Educador Social deve desenvolver suas tarefas de maneira a promover a autonomia dos sujeitos, tornando-os protagonistas das suas próprias histórias e capazes de lidar com as adversidades provenientes da vulnerabilidade social”, o que exige certa experiência e conhecimento com o que está desenvolvendo e qual sua finalidade

De sorte que não raras as vezes, o educador social precisa agir como psicólogo, conselheiro, assistente social, animador, oficinairo etc. Segundo Gohn (2009), um educador social consciente pode torna-se um incentivador de realizações futuras, promovendo através de suas ações, diálogos em que haja o despertar e que a realidade de hoje pode ser transformada com esforço e educação.

### **2.3.1 A Formação do Educador Social**

Quanto à formação do Educador social em base acadêmica ainda é pouco exigida, embora tramitam projetos na Câmara legislativa que vem sendo discutidas desde 2009 e com a aprovação do projeto de lei N° 2941, de 2019 e da PL n° 2676/2019 que regulamenta as particularidades da profissão do educador social em seu Art. 2°. “A profissão educadora social possui caráter pedagógico e social, e seu exercício está relacionado à realização de ações afirmativas”. Mesmo com a regulamentação aprovada ainda está longe o cessar das discussões a esse respeito, sua formação, haja vista que geralmente os profissionais graduados vão para a gestão ficando a cargo dos educadores de ensino médio o desenvolvimento das atividades pedagógicas

A práxis do educador social expressa uma concepção de mundo um tipo de engajamento, seu processo de formação pressupõe a interação de aspectos biológicos, culturais e emocionais com suas variáveis sociais espirituais econômicas e afetivas (NETO, 2010 p.41).

No entanto, o que frequentemente ocorre nos municípios de pequeno porte, trazendo isso para a realidade do Município de Santarém Novo, o que acontece na em grandes escalas são as contratações de pessoas para desempenhar a função de educador social, não o (Educador social, profissional) a fim de cumprir promessas de campanha. A

grande maioria dessas contratações são jovens recém saídos do ensino médio na busca do primeiro emprego.

Somado a isso a questão salarial é outro fator relevante, embora o governo Federal e do estado subsidiem parte dos recursos para a alimentação, recursos pedagógicos, administrativos e mobiliários os salários dos trabalhadores dependem da arrecadação do município, o acarreta em baixos salários e somado a isso o atraso salarial contribui para desestimular a permanência dos profissionais no serviço, o que contribui para que haja uma grande rotatividade de pessoal e isso acaba gerando com a descontinuidade do trabalho.

De sorte que, os profissionais graduados vão trabalhar na gestão enquanto o desenvolvimento pedagógico fica a cargo dos educadores não graduados como afirma Gohn (2016): “Os gestores têm uma formação de ensino superior; já os que ainda atuam na base, que implementam, poderão ou não ser formados, dependendo de que projeto, região social e classe social estão atendendo o que compromete o propósito do trabalho”.

O orientador social tenha experiência de atuações em programas e projetos socioassistenciais; conhecimento da PNAS; noções sobre direitos humanos e sociais; sensibilidade para as questões sociais; conhecimento da realidade do território e boa capacitação e de boa comunicação com famílias (CRAS 2009, p. 63).

## **2.4 Dos Programas Da Assistência Social**

As práticas assistencialistas no Brasil não são novas, nem tão pouco desconhecidas, em décadas passadas era comum ver igrejas, empresas, e entidades filantrópicas e uma ou outra gestão de governo criarem projetos assistencialistas que duravam alguns anos. No entanto eram ações descontextualizadas e não abrangiam a todas as realidades brasileiras, o que caracterizava práticas particulares de assistencialismo. Somente nos últimos anos a Assistência Social passou a se configurar como política de assistência social com desenvolvimento de projetos para todos os cidadãos.

Para entendermos melhor a assistência no Brasil é preciso voltarmos um pouco no tempo, mais precisamente em 1500 início da colonização. Com a chegada dos portugueses para conquistar as novas terras e demarcar território contra investidas de

outros invasores naturalmente para realizarem essas conquistas foi necessário dominar os povos que habitavam as novas terras e a fim de usá-los como mão de obra. Segundo DO Rosário e Melo (2015) Os portugueses chegaram e disseram ‘esta terra (Brasil) é nossa e as regras/leis somos nós que definimos’.

No entanto, o modo de viver e de pensar dos indígenas eram muito diferentes dos costumes e gerou o fracasso nas intenções dos colonizadores. Assim, para suprir essas recorrem ao tráfico de negros africanos como citado pelas autoras acima, para trabalhar nas lavouras cafeeiras, cana de açúcar, serviços domésticos bem como todos os demais trabalhos que lhes eram imputados.

O sistema colonial organizou-se sobre um modo de produção escravocrata. Primeiro sobre os índios e posteriormente, devido a deficiência em lidar com os indígenas, a escravidão se fundamenta basicamente na mão de obra do negro africano (DO ROSÁRIO E MELO, 2015 p. 382)

Mesmo após a abolição em 1888 o tráfico de pessoas ainda era realidade do Brasil “O escravo já não era escravo perante a lei, contudo, o ex escravo que não encontrava outras atividades, além do trabalho eventual e da atividade de subsistência, o conduzia, geralmente, à condição de não trabalho” SILVA (2012, apud Machado 2020 p.20) o que resumidamente pode ser entendida como o início da desigualdade social brasileira

Podemos analisar que as desigualdades sociais no país remontam do início da colonização até os dias de hoje, onde um se sobrepõe ao outro, em poder e força o que tem muito se sobrepõe ao que pouco tem, assim podemos compreender que a Assistência Social no Brasil parte do princípio da igualdade, da solidariedade e da vontade de oportunizar para com a população menos favorecida, mecanismos que favoreçam o seu desenvolvimento como sujeito de direito.

Nesse sentido, a Assistência Social passou de assistência assistencialista para Política Pública Social, configurada na constituição federal de 1988. Com ações voltadas para a garantia dos direitos cidadão e não mais como favor nesse sentido, Teixeira (2002, p.09) diz que “O grande salto foi conceber a Assistência como direito de cidadania, política pública, prevendo ações de combate à pobreza e promoção do bem estar social, articulada às outras políticas, inclusive a econômica” Desse modo o Estado passou a agir de forma articulada junto à população, desenvolvendo práticas que ajudem a combater aspectos geradores de desigualdade como nos conta Honório (2016)

Política de Assistência Social é configurada como uma das maiores conquistas das lutas sociais no âmbito social, que por sua vez organizou-se para propor mudanças nos problemas relacionados à assistência social da população, se apresenta a Lei Orgânica de Assistência Social 8.742/93, vindo para regulamentá-la como política social pública, iniciando seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, buscando o protagonismo da população atendida. (p.3)

Nesse percurso a Política Nacional de Assistência Social- PNAS estabelece o trabalho do CRAS junto às famílias dentro do seu próprio território, sem deixar de considerar as diferentes formações familiares que vem ocorrendo nas últimas décadas, algumas bem diferentes da tradicional composição de pai, mãe e filhos. Basicamente, o principal objetivo dos programas e projetos do CRAS são para a preservação dos elos afetivos da família e para a superação de vulnerabilidades através dos serviços da proteção social básica,

Em síntese, o CRAS é entendido como “unidade pública que concretiza o direito socioassistencial quanto à garantia de acessos a serviços de proteção social básica com matricialidade sociofamiliar e ênfase no território de referência” (Brasil, MDS, 2006 apud Campos e Reis, 2009 p. 46).

Para a eficiência do serviço são colhidas no Cadastro Único da Assistência Social- CADÚNICO, é através desse sistema de coleta de dados que são feitas as análises de renda per capita da família, a quantidade de membros entre crianças, adolescentes, jovens, adultos que trabalham, idosos se houver e pessoa com deficiência.

Neste contexto, a partir da década de 1990 começam a surgir no Brasil políticas públicas de transferência direta de renda para a população pobre. Atualmente, o Programa Bolsa Família (PBF) é o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo. (Macciotti, 2014 p.16)

As famílias recebem os benefícios do governo federal de acordo com as especificidades de cada programa. Tecnicamente os programas de distribuição de renda são para a melhoria das famílias e para a autonomia dos sujeitos. Porém o que vê segundo Gohn (2016) são o uso desses benefícios para manipulação em pleitos eletivos

A família como fonte primária de influências, emocional e social do homem, ganha centralidade nos projetos da política de assistência social, reconhecendo o valor dela para a formação do homem em todas as suas fases desde a primeira infância, adolescência, juventude e velhice. Partindo desse princípio a equipe técnica do PAIF concentra o seu

trabalho no atendimento à família. Uma vez que o PAIF tem caráter permanente dentro do serviço de proteção, as visitas da equipe são periódicas o que depende das especificidades de cada caso familiar, essas visitas precisam ser planejadas junto às famílias. Portanto, é acompanhar a materialização das ações sócio familiares, segundo apontam as Orientações Técnicas

O princípio fundamental que deve nortear o acompanhamento familiar é o reconhecimento de que as famílias são protagonistas de suas histórias, mas que sofrem os impactos da realidade socioeconômica e cultural na qual estão inseridas, em especial as expressões da questão social que se manifestam no território. Tal compreensão é fundamental para negar a postura que individualiza os problemas vivenciados pelas famílias e as estigmatizam. (PAIF P. 70)

### **3. ABORDAGEM METODOLOGICA ADOTADA**

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre (Paulo Freire).

Esta é uma pesquisa autobiográfica com narrativas de experiências que vivenciei enquanto educadora social no CRAS “Ação Família” no Município de Santarém Novo, de 2012 a 2016. Para isso foi utilizada a pesquisa autobiográfica, memorialista, visto que essa metodologia permite ao narrador recontar pedaços de sua história a partir das suas experiências.

Ainda, por ser flexível permite ao narrador contar e recontar situações vividas no passado, presente e futuro segundo Abrahão (2003) esse tipo de pesquisa permite uma visão holística das realidades dos sujeitos que, em virtude do constante movimento estão sempre em “processo de autoconhecimento” ainda segundo a autora,

A pesquisa autobiográfica - Histórias de Vida, Biografias, Autobiografias, Memoriais - não obstante se utilize de diversas fontes, tais como narrativas, história oral, fotos, vídeos, filmes, diários, documentos em geral, reconhece-se dependente da memória.<sup>2</sup> Esta, é o componente essencial na característica do (a) narrador (a) com que o pesquisador trabalha para poder reconstruir elementos de análise que possam auxiliá-lo na compreensão de determinado objeto de estudo (ABRAHÃO 2003, p 80)

Dessa forma, construir memórias é materializar elementos importantes no processo de formação, é o subjetivo ganhando formas através da escrita. Assim compartilhar elementos de sua trajetória com outros permite que outras profissionais que

estão vivendo processos semelhantes, encontrem caminhos mais rápidos para a superação de suas dificuldades sejam elas quais forem.

Nessa perspectiva, não se trata de encontrar nas escritas de si uma “verdade” preexistente ao ato de biografar, mas de estudar como os indivíduos dão forma à suas experiências e sentido ao que antes não tinha, como constroem a consciência histórica de si e de suas aprendizagens nos territórios que habitam e são por eles habitados, mediante os processos de biografização (PASSEGGI et al 2011 p. 371).

### **3.1. Lugar de Onde me Pronuncio**

O Município de Santarém Novo Pará, possui uma área territorial abrangente e está localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense, mais especificamente na microrregião bragantina à margem direita do rio Maracanã, a 180 km de Belém. Dessa forma o percurso de Belém a Santarém Novo é feita na BR 316 até ao Município de Santa Maria do Pará no Trevo da Vila Nova da PA 324, na rodovia que interliga a capital Belém ao Município de Salinópolis que fica o trevo da Vila do Pau Amarelo a entrada do Município de Santarém Novo na PR 438.

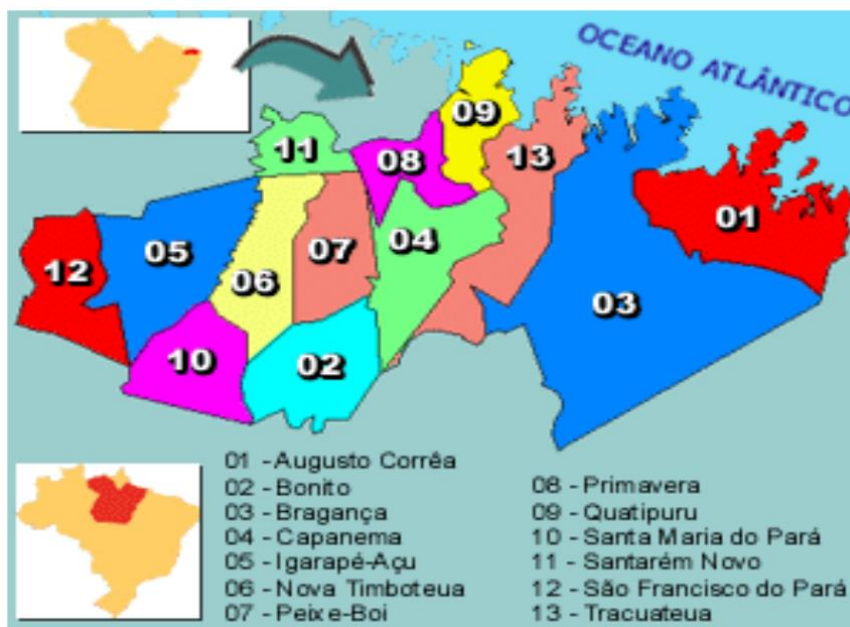
Em resumo, Correa (2015) descreve que “A história do Município está interligada à ocupação dos colonizadores portugueses à Aldeia Maracanã em 1653, que era habitada por índios Tupinambás. Juntamente com os colonizadores vieram à missão jesuíta chefiada pelo padre Antônio Vieira” que a serviço da coroa portuguesa fora encarregado de expulsar outros colonizadores do território amazônico, no entanto essas áreas eram habitadas pelos índios tupinambás nativos da região.

Desta maneira o Município possui uma área de 229. 510 km<sup>2</sup> o que corresponde a 22.951 hectares de extensão territorial, fazendo limite com os Município de São João de Pirabas ao Norte; com o município de Primavera ao Leste; Ao Sul faz fronteira com três município Peixe – Boi, Nova Timboteua e Igarapé-Açú; já a Oeste com o município de Maracanã.

A priori o Município possui uma sede, onde funciona a organização administrativa municipal com suas secretarias, de Educação, Saúde, Assistência Social, CRAS, secretarias integradas (Esporte, Lazer e Cultura) e Meio Ambiente, Unidade Básica de Saúde, Delegacia de Polícia e o Fórum Municipal. Em suma o Município é composto por 25 comunidades são elas Bacuriteua, Amapazinho, Trombetinhas, Barroca, Bom Jesus, Brasileiro, Clemente, Areal, Faustina, Fortaleza, Iraquara, Iraquara Colônia,

Jutaizinho, Jutáí Grande, Vista Alegre, Pacujá, Pau Amarelo, Paraíso, Pedrinhas, Pirateua, São João de Piri Miri, Santa Terezinha, Santo Antônio do Trombetas, Trombetas e Cearense.

**Figura 1:** Mapa da Microrregião Bragantina.



**Fonte:** SILVA (2011)

O mapa acima apresenta a Microrregião Bragantina com todos os municípios que a compõem, com destaque para o número 11 em verde que representa o município. Santarém novo se parece com outras cidades pequenas do interior do Pará, e dessa forma apresenta situações semelhantes de crianças, adolescentes, jovens e idosos enfrentando complexas situações de vulnerabilidade social

## **4- RESULTADOS**

### **4.1. OBJETOS DE ANÁLISE**

#### **4.1.1- CRAS e SCFV**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV é um trabalho integrado a vários outros serviços da PSB no CRAS. Sua normatização se deu a princípio pela resolução nº 109/2009 sendo reordenado depois pela resolução nº 01/2013. Sua principal função são os trabalhos em grupos, complementando assim o trabalho sócio

familiar do PAIF. De maneira geral realiza atividades socio pedagógicas junto aos usuários a fim de contribuir na construção e reconstrução de suas histórias, promovendo a interação através de atividades culturais, esportivas, artísticas e muitas outras.

Os espaços de convívio social, especificamente os espaços do CRAS são antes de tudo espaços educativos, “Por isso, os Educadores Sociais são importantes, para dinamizarem e construírem o processo participativo com qualidade”. Gohn (2016) o que exige do educador habilidades para lidar com situações que muitas vezes exigirão muito dele desenvoltura, conhecimento metodológico, de mundo, equilíbrio emocional, pesquisa e ética, considerando que os projetos são desenvolvidos para uma população já fragilizada em vários aspectos

Segundo a Organização Mundial da Saúde- a OMS a violência pode ser caracterizada como o uso da força física, ameaças verbais e psicológicas que resultam em consequência danosas para o outro, também são considerados aspectos psicológicos que resultam prejuízos danosos contra si como a automutilação e o suicídio.

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação OMS (2000, apud Carvalho 2005 p.12)

Assim como, a OMS diversos autores classificam a violência como um fenômeno da sociedade, que perpassa por toda a história da humanidade o que Pino (2007) chama de desordem “social, moral e da razão” ainda para o autor embora seja, comum associar “esse desalinho” a todos os homens, é preciso esclarecer que isso não pode e não deve ser aplicado a todos.

Partindo da premissa de experiências em grupo, início a narrativa de dois eventos ocorridos durante o desenvolvimento de atividades do SCFV no CRAS onde atuei como educadora social de grupos de crianças, adolescentes e idosos, devido suas relevantes contribuições para minha formação acadêmica.

## **4.2 EXPERIÊNCIAS**

Durante o período que trabalhei no CRAS, exerci diversas funções como coordenadora de projetos, coordenadora pedagógica, orientadora social e secretaria municipal de assistência social. Vivenciei e lidei com inúmeras situações de conflitos e

agressões, violências, abusos e outras diversas situações que chegava para atendimento no CRAS.

Os relatos aqui contados são de extrema relevância tanto por suas características, mas também terem sido experiências que me fizeram buscar a entender mais sobre o papel do pedagogo no âmbito do CRAS.

#### **4.2.1- Relato: Criança Em Fúria**

No ano de 2014, durante o desenvolvimento de atividades ao ar livre, aconteceu uma discussão entre duas crianças sobre uma determinada partida de futebol, onde dois times locais (Conceição esporte clube e uritar esporte Clube) haviam se enfrentado anteriormente e ambos haviam assistido. Surpreendentemente a discussão dos meninos tomou proporções que até então nunca havia enfrentado no serviço.

Os meninos que vou chamá-los aqui de Pedro e Marcelo (09 e 10 anos) eram colegas de bairro e moravam na mesma rua e frequentavam a mesma escola, e o mesmo grupo no CRAS. As crianças tinham uma boa convivência e uma relação de amizade.

Durante a discussão fiquei assustada quando Pedro começou a xingar o seu colega por não concordar com a derrota do seu time (Conceição) para o time rival. Mesmo assim quando pedi que parassem, imediatamente atenderam ao pedido. No entanto Pedro deixou de participar das atividades e se afastou do grupo voltando logo depois, com um pedaço de pau atingiu as costas do Marcelo, com duas pauladas,

Com a situação de violência, a coordenadora do CRAS e eu () encaminhamos as duas crianças para a equipe do PAIF. Os dois garotos choravam bastante, e o Pedro que estava agarrado a mim chorava tanto que senti seu corpo tremer. Em vista disso as técnicas pediam para que eu o acompanhasse a sala delas durante o atendimento psicossocial. A princípio as crianças, foram atendidas em salas separadas pela psicóloga e assistente social e depois as duas crianças foram levadas para a mesma sala para que pudessem conversar em conjunto. eu estava somente como acompanhante.

O atendimento com as crianças foi para que se conversasse sobre as atitudes que levaram a agressão e para que houvesse o reconciliamento das crianças.

**Técnica 1:** “Marcelo, você sabe porque o Pedro bateu em você?”

**Marcelo:** “Eu não sei professora, a gente só tava falando do jogo e o conceição perdeu, eu acho que ele ficou com raiva porque eu torço pro uríta que ganhou”.

**Técnica 1:** “Você está com raiva do seu amigo?”

**Marcelo:** "Claro que não, ele é meu amigo só ficou com raiva”

**Técnica 1:** “Você vai perdoar o seu amigo?”

**Marcelo:** “Sim fessora, ele só tava estressado porque eu mexi com ele”

**Técnica 2:** “Por que você bateu no seu amigo Pedro?”

**Pedro:** “Ele tava mangando de mim, ele disse que o meu time só sabe perder”

**Técnica 2:** “Você está com raiva dele agora?”

**Pedro:** “Não, mas eu não quero que ele manguie mais de mim”

**Técnica 1:** “Você ainda vai bater nele?”

**Pedro:** “Não, eu não tô mais com raiva”

Essa experiência me fez pensar se o educador social está realmente preparado para ser mediador de conflitos. Tal tema já vem sendo discutida por alguns estudiosos da área, não chegaram ainda a nenhuma conclusão, o que segundo Gohn, (2016) como já citado no corpo deste texto, são poucos os estudos acerca dessa temática. No entanto, é possível afirmar que esta questão de enfrentamento de situações de diferentes níveis de complexidade sempre foi um ponto nebuloso em minha trajetória como educadora social no CRAS. Posso afirmar que foram muitas as dificuldades enfrentadas no decorrer do processo. No entanto o ingresso ao curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará-UFPA, dinamizou minhas práticas em grupo dentro do SCFV, a cada disciplina novas técnicas foram surgindo e o desenvolvimento do trabalho foi fluído de maneira mais leve e dinâmico o que me possibilitou também coordenar alguns projetos no serviço.

Em relação ao conflito vivenciado, é importante entender que maneira como a criança interage com o mundo faz parte do seu desenvolvimento como ser social e sociável. Nesse sentido, é comum ela viver situações de conflitos, já que, divergir faz parte da construção comunitária do homem, faz parte da dinâmica de conviver com o outro segundo Carvalho (2015) “O indivíduo vivencia situações de sofrimento e as expressa de diferentes maneiras em sua forma de se relacionar” Assim, uma das funções do educador social também é de mediador conflitos.

Ainda Carvalho (2015) pontua que “para compreender a reprodução social da violência, é importante refletir sobre a função da identidade na reprodução de fenômenos sociais”. O autor infere ainda que a agressividade pode surgir da dificuldade do indivíduo

para lidar com frustrações, com o sofrimento. O que aconteceu com as crianças entende-se como um momento de fúria, por um assunto trivial, onde mesmo com a amizade entre eles houve um momento de agressividade. Que de acordo com Adorno (2002),

Trata-se de um infindável número de situações, em geral envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, cujo desfecho acaba, muitas vezes até acidental e inesperadamente, na morte de um dos contendores. Compreendem conflitos entre companheiros e suas companheiras, entre parentes, entre vizinhos, entre amigos, entre colegas de trabalho, entre conhecidos que frequentam os mesmos espaços de lazer, entre pessoas que se cruzam diariamente nas vias públicas, entre patrões e empregados, entre comerciantes e seus clientes. (ADORNO 2002 p. 16)

Neste sentido, afirma Rates (et al 2011) "A violência é fenômeno complexo não sendo possível explicá-lo por meio de uma visão unilinear de causa e efeito, mas como resultante de um contexto e de uma dinâmica sociocultural". Embora seja entendível que os conflitos (que podem chegar ao extremo, com agressões) são efeitos de frustrações, ainda assim, como técnicos ficamos impotentes diante de uma situação tão complexa como a fúria infantil.

Vale destacar que embora haja certas dificuldades no enfrentamento de conflitos e de fúria, a experiência torna essa dinâmica mais fácil, e o trabalho de aconselhamento das técnicas foi de suma importância para que chegasse no resultado positivo, onde as crianças se reconciliaram. Inácio (2013) Infere que o pensamento do perdão é importante para manter a harmonia social e violá-lo é como uma falta de cooperação do outro, e que para manter a ordem é necessário a solidariedade.

Neste caso aqui estou relatando como a fúria pode levar uma criança a tomar uma atitude de agressividade, com outra criança gerando assim um quadro de violência

Embora seja comum atribuímos praticas violentas a adultos não podemos ignorar que nos últimos anos, o número de crianças e adolescentes envolvidas em alguma situação de violência, vem crescendo a nível mundial. Já no Brasil nos últimos dez anos cresceu o número de crianças e adolescentes praticando crimes violentos dos quais podemos destacar de forma superficial os ataques a escolas brasileiras nos últimos anos feitos por adolescentes nos mostram que algumas crianças deixam de ser a vítima e se tornam a agressora.

Na Convenção Sobre os Direitos da Criança, «entende-se por criança todo ser humano menor de 18 anos de idade [...] (art. 1º – BRASIL. Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990: promulga a Convenção Sobre os Direitos da Criança. Diário Nos termos do Estatuto da Criança

e do Adolescente «considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade» (art. 2º). (ECA, 2018 p.5/6)

Embora não seja fácil compreender, nem queiramos aceitar que uma criança possa cometer atos de violência, não podemos negar essas realidades nos últimos anos. De certo que, vem se tornando cada vez mais comum, os jornais e as mídias sociais noticiarem histórias chocantes, de crianças e adolescentes, praticando atos violentos que vão desde a prática de bullying até massacres em escolas como já citado anteriormente.

Para Barros e Silva (2006) a manifestação frequente de agressividade na infância e adolescência incorre em uma vida adulta com poucas habilidades nas relações e interações sociais. o que Hughes (2004, p.94) infere “violência, nesse sentido, deixa de ser uma variável independente, devendo ser considerada uma das manifestações de um conjunto de injunções que comprometem a cidadania e a dignidade humana”.

#### **4.2.2- Relato: A Família Geradora De Afeto**

No ano de 2013 o projeto “A família fonte de amparo e afeto” foi elaborado e executado, com o objetivo de conhecer e desenvolver as relações familiares das pessoas participantes do CRAS. Essa temática surgiu a partir de observações no atendimento socioassistencial do PAIF. O projeto funcionou por oito meses, tendo como suporte técnico uma assistente social que trabalhou por um tempo no projeto. Vale ressaltar que algumas conversas da equipe com os educadores sociais ajudaram na construção do projeto.

Para iniciar o projeto foi realizada uma reunião com as famílias para assim deixá-los cientes dos objetivos do projeto e todos foram convidados a participar dos encerramentos das atividades todo final de cada mês. Vale destacar que os grupos funcionavam com até 20 participantes e devido a isso o projeto era desenvolvido em dois dias da semana (na terça e quinta feira).

Algumas temáticas importantes trabalhadas no projeto foi: o diálogo, respeito, afeto, violência sexual, drogas, separação e abandono. Desse modo, as estratégias utilizadas foram as rodas de conversa, dinâmicas, leituras de livros dessa forma os recursos metodológicos utilizados, desenhos, oficinas de pintura, desenhos, colagem de papel e outros que foram surgindo no decorrer do projeto.

No decorrer da aplicação desse projeto, houve um episódio que chamou muito minha atenção e marcou minha carreira. Em uma das atividades que propomos aos grupos de crianças e adolescentes que era a construção de um livreto em quadrinhos (tipo gibi) onde eles desenhariam e contariam a história de suas famílias.

Houveram muitas histórias divertidas, outras nem tanto, algumas coloridas, de super heróis, já outras com personagens grotescos e muitos outros. No entanto, um dos livretos chamou nossa atenção, primeiro pelo tamanho, era menor que os demais e segundo, porque a criança repetiu o mesmo desenho em todos os quadrinhos.

No desenho que a haviam quatro personagens, onde dois deles estavam gritando, um com o outro, e os outros dois chorando em um canto. Então quando perguntamos a criança sobre o desenho e a razão de ele desenhar a mesma cena em todos os quadrinhos, a princípio a criança não respondeu o, ela ficou calada, demos um tempo a criança novamente e foi perguntado novamente sobre o desenho, e nesse momento a criança começou a chorar e após se acalmar a criança contou a história por trás do desenho. Ela explicou que os personagens gritando eram seus pais e os personagens no canto da imagem representava ele e sua irmã. Por tanto percebemos que os desenhos representavam o conflito que aquela criança vivenciava dentro de casa.

Embora o contexto dos desenhos dos quadrinhos da criança tenha sido explicado, houve um detalhe que chamou muito nossa atenção, o último quadrinho. O último quadrinho era composto por um desenho de uma bruxa, duas pessoas no canto e uma pessoa sozinha. E então investigando um pouco mais sobre a família da criança descobrimos que a mãe dela havia o abandonado e que por isso a bruxa estava representando-a. A bruxa naquele contexto representava todo sentimento que ele tinha pela mãe. A criança em conversa com os instrutores revelou que odiava a mãe dele, pois ela tinha ido embora.

Essa experiência deixa claro que de munir de estratégias lúdicas para obtenção de informações repercutiu positivamente para o objetivo do projeto. A partir das informações obtidas sobre a situação familiar da criança os técnicos puderam agir de forma efetiva, aconselhando a família da criança e prestando atendimento psicológico a todos.

Do recurso (desenho e quadrinhos) utilizado no projeto Barbosa e Sousa (2018) destacam que, “O desenho como recurso da comunicação, permite experiências e motiva revelações

de sentimentos que a criança não consegue expressar através da oralidade”. Segundo Souza (2011) a “imagem” encoraja o entrosamento e permite a geração de laços afetivos de quem o produz com o que observa, em uma “linguagem sem palavras” cheio de significados.

Com o uso didático da atividade foi possível entender os sentimentos da criança, conhecer os problemas que ela enfrentava. Em relação a família da criança foi realizado visitas sociais para conversar com pai para alertar sobre a situação da criança e trabalho desenvolvido pelo CRAS, foi de fornecer ajuda psicológica para ajudar a criança a enfrentar aquela situação.

O contexto familiar, principalmente para uma criança, é refúgio, o lugar de proteção para ela, por tanto quando há conflitos, situações de agressividade, ocorre uma sobrecarga psíquica, pois a criança não entende a situação e não sabe lidar com aquilo. Segundo Silva e Gonçalves (2016) “A família é constituída em um campo dinâmico, no qual fatores conscientes e inconscientes influenciam nesta constituição”

A criança sofre desde seu nascimento a influência dessa família, como também é um agente de mudança dentro do grupo familiar. Nesse grupo familiar, está introjetado o conceito de família para cada genitor, influenciado pelo modo como viveram com suas famílias. A família não é estática, pois está sempre em movimento e transformação (SILVA e GONÇALVES 2016 p. 9,)

O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA lei nº8.069, de treze de julho de 1990 em seu Art. 5º afirma que, nem uma criança ou adolescente pode ter seus direitos violados seja por omissão, exploração, violência, crueldade ou opressão e que o descumprimento da lei de proteção à criança e ao adolescente, fica passível de punição quem desconsiderar esses direitos. Afirma também que como pessoas humanas em desenvolvimento fica assegurado à criança e ao adolescente a liberdade de desenvolver suas potencialidades de forma plena e digna, sendo esta a configuração do Art. 15º na lei de amparo e preservação da vida.

O trabalho desenvolvido no CRAS é baseado no respeito dos valores individuais e comunitários do cidadão, no resgate da conscientização dos direitos seus deveres da família. Por tanto, é possível afirmar que o projeto “Família fonte de Amparo e Afeto” possibilitou aos envolvidos no projeto compartilhar experiências além de direcionar as pratica psicopedagógicas do SCFV, encurtando assim a distância entre proposta e prática no serviço.

O trabalho com o público do SCFV precisa ser dinâmico e eficiente pois, o objetivo do trabalho em grupo é promover interação e socialização da comunidade local. O que exige do educador social ter ou desenvolver habilidades que proporcionem aos componentes dos grupos essas interações. E dentro dessa perspectiva vivenciei dois momentos distintos como educadora social.

O primeiro momento, como profissional de ensino médio. Sem nenhum conhecimento metodológico para direcionar minha prática. Foi como andar no escuro tateando para não cair. Embora as atividades fossem simples se tornavam pesadas e exigiam um esforço muito maior pois, eram descontextualizadas e sem objetivos. As dúvidas eram constantes e não havia respostas

O segundo momento, foi como estudante de licenciatura em pedagogia da UFpa. Desde o primeiro semestre do curso pude perceber que o conhecimento adquirido seria de fundamental importância para o desenvolvimento de minha prática como orientador social. A cada semestre os novos conhecimentos teóricos contribuía para a construção de minhas habilidades pedagógicas e o conhecimento teórico técnico científico de uma visão holística que não possuía antes do curso.

## **5. CONCLUSÃO**

Os projetos sociais apresentam diversos desafios, que vão muito além do planejar ações, para uma população vulnerável. Antes de tudo, torna-se indispensável considerar o contexto do público que se espera alcançar, o que sem dúvida implica que o aprendizado precisa fazer sentido para esses usuários. Assim, a didática não pode ser descontextualizada do interesse dos indivíduos, por isso, é importante conhecer os aspectos de vida dos sujeitos. Dessa forma, é preciso considerar também que o local de desenvolvimento das práticas, precisa ser antes de tudo, um ambiente prazeroso, dinâmico e cheio de possibilidades de aprender. (espaçamen

No entanto é possível perceber que devido as grandes demandas de atendimentos socioassistencial, as complexidade de cada família e os níveis de tecnificação dos profissionais envolvidos no processo tornam algumas ações do CRAS ineficientes pois, nem todos conseguem compreender o impacto de cada ação nas famílias atendidas

Assim o trabalho social com famílias exige técnica, método, disciplina, empatia, engajamento e mais do que isso requer conhecimento, pesquisa e vontade de contribuir para o desenvolvimento de indivíduos críticos e autônomos, capazes de mudar suas realidades.

As experiências relatadas ao longo desse trabalho têm início na minha admissão no CRAS como educadora social, porém, elas perpassam esse período e se estendem a outros cargos que assumi, incluindo o de coordenadora pedagógica, o que me fez refletir e concluir sobre a necessidade de que os atores, mais especificamente os educadores sociais têm de uma tecnificação especializada para saberem lidar com os acontecimentos oriundos das diversas realidades vivenciadas pelos diversos usuários do CRAS.

No período em que fui educadora social, período esse em que gozava apenas do nível médio completo, pude experimentar as dificuldades provenientes da falta de metodologias consistentes, ferramentas pedagógicas e conhecimento técnicos para o enfrentamento das demandas que surgiram com o público que era assistido pelo CRAS. Fazendo uma breve comparação com o referido momento em relação ao período posterior em que já dispunha de conhecimentos técnicos advindos da graduação em pedagogia, torna-se claro que o conhecimento adquirido ao longo da faculdade de pedagogia trouxe uma base metodológica muito mais consistente para o desempenho das atividades.

Portanto, embora não devemos desprezar de nenhuma maneira o conhecimento empírico adquirido das nossas próprias experiências e observações, deve-se levar em consideração a necessidade de aprimoramento técnico através de cursos preparatórios de gestão de pessoas, gestão de conflitos, oficinas educacionais direcionadas a formação de Educadores Sociais para que atuem da melhor maneira possível em repartições que lidam com pessoas em situação de vulnerabilidade, afinal, tais profissionais atuam na linha de frente, diretamente com o público alvo.

## 6. REFERÊNCIA

ABRAHÃO, M. H. M. B. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. Revista História da educação, v. 7, n. 14, p. 79-95, 2003.

ADORNO, S.; **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias 8, p. 84-135, 2002.

BARROS, Patrícia; SILVA, Fábio Barbirato Nascimento. **Origem e manutenção do comportamento agressivo na infância e adolescência**. Rev. bras. ter. cogn., Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 55-66, jun. 2006. Disponível em <[http://psic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872006000100006&lng=pt&nrm=iso](http://psic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872006000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 06 dez. 2019

BIARNÈS, Jean. **O significado da escola nas sociedades do século XXI (O exemplo da escola francesa)**. EccoS Revista Científica, v. 6, n. 2, p. 107-128, 2004.

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: Centro de Referência de Assistência Social- Volume 2**. 1º Edição Brasil.2012 [https://www.mds.gov.br/web\\_arquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Consolidação\\_Suas.pdf](https://www.mds.gov.br/web_arquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidação_Suas.pdf)

CÂMARA DOS DEPUTADOS PROJETO DE LEI N.º 2.941-A, DE 2019 (Do Senado Federal) PLS nº 328/2015 OFÍCIO nº 294/2019 - SF Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P\_7696 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO PL 2941-A/2019

CAMPOS, Marta Silva; REIS, Daniela Santos. **Metodologias do trabalho social no CRAS. CRAS: Marcos Legais, Capacita CRAS**, v. 1, p. 41-70, 2009.

CARVALHO, Rosalina de. **A prática socioeducativa e a educação para a paz como estratégias para enfrentamento da violência por profissionais do CRAS**. 2015.

**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA, et al. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Fundação Santa Cabrini, p. 17-20, 1998.

Correa, Hildete Marques - **Memórias de Imigrações/Migrações para a formação do Município de Santarém Novo**. 2015. 69f. (Monografia Graduação em História) - Universidade Federal de Bragança. < [www, santaremново.pa.gov.br](http://www.santaremново.pa.gov.br)>

CRONEMBERGER, I. H. G. M., & Teixeira, S. M. (2015). **O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família**. *Pensando famílias*, 19(2), 132-147.

GERMANO, Idilva Maria Pires; COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. *Estudos de psicologia*, v. 17, n. 3, p. 381-387, 2012.

GOHN, Maria Gloria. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. Acesso em: < <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1/5>>

GOHN, Maria Gloria. Educação não-formal e o papel do educador (a) social. **Revista Meta: Avaliação**, v. 1, n. 1, p. 28-43, 2009.

GOHN, Maria Gloria - Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006 < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf> >

HONÓRIO, Aline. Perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, acompanhadas pelo CRAS SUL B, Território III, no município de Londrina-PR

Hughes, Pedro Javier Aguerre. "Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas." *São Paulo em Perspectiva* 18.4 (2004): 93-102.

INÁCIO, Amanda Kami Mura. As possíveis relações entre moralidade e perdão em crianças do primeiro ano do ensino fundamental. 2013. Acesso em: <<https://repositorio.unesp.br/>>

JESUS, Maria Adriana de; SILVA, Rayane Verde. **O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E**

JUSBRASIL. Lei da Assistência Social - Lei 8742/93 | Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104422/lei-da-assistencia-social-lei-8742-93#art-4>>. Acesso: 25 de outubro de 2019.

Legislação Informatizada - LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004 - Publicação Original. CAMARA DOS DEPUTADOS. Acesso em:< <https://www.camara.leg.br/>>

Machado, Daniela. "As condições de vida dos usuários do CRAS Sul III de Florianópolis/SC: classe trabalhadora e acesso aos direitos sociais no Brasil." (2020).

MACEDO, Amanda dos Santos; SOUZA, Elizeli Faustinoni de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **O PLANEJAMENTO SOCIOEDUCATIVO DO EDUCADOR SOCIAL EM INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

MATEUS, Maria do Nascimento Esteves. O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social - **SNAS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social** - SNAS Articulação necessária na Proteção Social Básica

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social W3 Norte - SEPN 515 – Edifício Ômega – Bloco B 70.770-502 – Brasília – DF <http://www.mds.gov.br>

NETO, João Clemente de Souza. **Pedagogia social: a formação do educador social e seu campo de atuação**. Cadernos de Pesquisa em Educação, 2010.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p

PARREIRA, Lúcia Aparecida; JOSÉ FILHO, Pe Mário. A educação não formal: desafios de uma prática pedagógica. **Serviço Social & Realidade**, v. 19, n. 1, 2010.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos  
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>

PRIVAÇÃO AFETIVA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO Vol. 6 • Nº 2 • Ano 2018  
file:///C:/Users/Ir.%20Cícero/Downloads/721-Texto%20do%20artigo

PINTO, Elismária Catarina Barros<sup>1</sup> – UFC “PEDAGOGA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL?”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR, XI congresso Nacional de Educação. EDUCERE. 2013. Acesso em: < <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/99635403.pdf> >

QUADRA, Gabrielle Rabello, D’AVILA, Stefane. Educação Não Formal qual a sua importância? Revista Brasileira de Zootecias 17(2) 22- 27, 2016

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de. **A educação jesuítica no Brasil colônia**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 15, n. 61, p. 379-389, 2015.

SANTIAGO, Nilza Bernardes; ORTEGA, Lenise Maria Ribeiro. A atuação do pedagogo: que profissional é esse? **Pedagogia em ação**, v. 1, n. 2, p. 29-35, 2009.

SERVA, Maurício, A formação do educador social e as bases da educação para um mundo melhor .Educadores Sociais: a importância da formação na implementação de tecnologias sociais / Organizadores: Marcos Fadanelli Ramos e Artur Roman - Brasília DF : Fundação Banco do Brasil, 2011. 184 p. ISBN 978-85-61534-13-4 1.Educação.

Silva, Isabella Thays Ortiz, and Charlisson Mendes Gonçalves. "Os efeitos do divórcio na criança." *Psicologia. pt* (2016): 1-14.

SOUSA, Maria Goreti da Silva; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. **A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores.** *Horizontes*, v. 33, n. 2, 2015. da Silva Sousa, M. G., & de Oliveira Cabral, C. L. (2015).

SOUZA, Audrey Setton Lopes de. O desenho como instrumento diagnóstico: reflexões a partir da psicanálise. *Bol. psicol.*, São Paulo, v. 61, n. 135, p. 207-215, jul. 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432011000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432011000200007) & lng=pt\ nrm=iso>.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, v. 200, 2002.